

PNAI NA IMPRENSA

2008-11-07 em Público

ONG questionam plano nacional de inclusão

A estrutura responsável pela coordenação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) tem uma "preocupante escassez de meios". E é preciso desenvolver instrumentos para melhor avaliar o impacto na redução da pobreza das diferentes medidas, defende o Fórum Não Governamental para a Inclusão Social. A estrutura, que congrega quase 60 organizações não governamentais, considera que "existe um perigoso risco de que os objectivos deste plano não estejam a ser concretizados na sua plenitude". E fala mesmo de "um PNAI adiado".

Fernanda Rodrigues, a coordenadora nacional do PNAI, relativiza. Diz que "o plano está a decorrer sem grandes sobressaltos" e o que se fez até ao momento "é muito satisfatório".

O Fórum entende, contudo, que falta coordenação entre o PNAI e outros planos mais sectoriais; que as organizações não governamentais não estão a ser suficientemente envolvidas na "implementação e monitorização" do plano; e que falta ouvir as pessoas que estão em situação de pobreza. "Não estamos a dizer que o PNAI não está a ser posto em prática", explica Sérgio Aires, representante da Rede Europeia Antipobreza Portugal. Mas, exemplifica, "não basta dizer que foram colocados não sei quantos computadores a funcionar em x escolas, é preciso saber que impacto teve isso na redução da pobreza e da exclusão social".

Fernanda Rodrigues reconhece que, se a equipa de coordenação do PNAI tivesse mais meios (humanos, já que das seis pessoas que a constituem só ela está em exclusividade, e financeiros), "outras coisas poderiam ser feitas", mas sublinha que o que existe "não é impeditivo" de levar o PNAI a bom porto.

Quanto à ideia de que há dificuldades em avaliar como estão a correr as diferentes medidas, Rodrigues garante que "está em implementação um plano de acompanhamento". E há bons indicadores, afirma: "Uma das metas do PNAI 2006-2008 é que 90 por cento dos beneficiários do rendimento social de inserção tenham um programa de inserção. Em Março já tínhamos chegado aos 49 por cento."

Os planos para a inclusão são feitos em todos os Estados-membros da União Europeia - no essencial, servem para articular medidas contra a pobreza e a exclusão que estão dispersas por diferentes ministérios. Na sua primeira intervenção como Presidente da República, no 25 de Abril, Cavaco Silva pediu que a elaboração do PNAI 2006-2008 que estava então em curso fosse aproveitada para "uma mobilização geral, uma verdadeira campanha em prol da inclusão social".

Os planos para a inclusão servem para articular medidas contra a pobreza e a exclusão dispersas por diferentes ministérios.

2008-10-01 em Fábrica de Conteúdos

Fonte

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=e4da3b7fbbce2345d7772b0674a318d5&id=2c153c19bf7fdf65e8a509777d61b92b>

Novo PNAI prevê mais ajudas para crianças e idosos até 2010

Aumento de 24% do salário mínimo

O novo Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), que irá vigorar de 2008 a 2010 e que já foi enviado para a Comissão Europeia (CE), tem em vista o aumento de 24%, até 2010, do Salário Mínimo Nacional, até atingir o valor de 500 euros em 2011, a fim de ajudar as crianças, os idosos, os imigrantes, minorias étnicas e deficientes.

A nova prioridade do plano continua a ser o combate à pobreza e à exclusão social das crianças e dos idosos, sendo que, em 2006, 21% dos cidadãos portugueses dos 0 aos 17 anos viviam em situação de pobreza, designadamente nos casos das famílias monoparentais e de famílias numerosas.

Nesse sentido, refere a agência Lusa, o PNAI prevê até 2010 aumentar o montante mensal do abono de família a 23 mil crianças entre o segundo e o terceiro ano de vida e proceder a um aumento intercalar extraordinário de 25% do abono de familiar para crianças enquadradas em agregados familiares mais carenciados, cerca de um milhão de crianças.

As novas metas preconizam ainda, atribuir, até 2010, uma prestação pecuniária a 310 mil mulheres grávidas que atinjam a 13ª semana de gestação.

O PNAI prevê, também, a duplicação do número de creches, mais 360, que beneficiam de apoio complementar para funcionarem num horário superior a 11 horas por dia.

O Governo compromete-se a aumentar o número de vagas no pré-escolar para as crianças dos 3 aos 5 anos e apoiar alunos através da criação de gabinetes de apoio em cada sede de agrupamento.

No que diz respeito a prevenir situações de risco na infância, o Executivo pretende criar, até 2010, mais 16 comissões de Protecção de Crianças e Jovens e financiar 120 projectos para crianças e jovens descendentes de imigrantes e de minorias étnicas.

Em relação aos idosos, o novo PNAI prevê a criação, até 2010, de um total de 1 864 vagas em equipamentos para idosos e a requalificação de outros 300.

O Governo socialista tem ainda intenções de melhorar as condições básicas de habitabilidade e acessibilidade dos idosos, efectuando duas mil intervenções até 2010, bem como ajudar a população imigrante, minorias étnicas e população com deficiência.

Neste âmbito, está previsto abranger 787 mulheres imigrantes em acções de consultoria para a criação e desenvolvimento de micro-empresas, assim como a formação de agentes que trabalhem com as comunidades ciganas através de 20 acções de formação.

2008-10-01 em Portugal Diário - IOL

Fonte

<http://diario.iol.pt/sociedade/plano-de-inclusao-criancas-idosos-pobreza-portugaldiario-governo/997284-4071.html>

Combate à pobreza das crianças e idosos é prioridade

Novo Plano Nacional de Acção para a Inclusão contempla aumento de 24 por cento do Salário Mínimo Nacional até 2010

O combate à pobreza e à exclusão social das crianças e dos idosos continua a ser a principal prioridade do novo Plano Nacional para a Inclusão (PNAI) a vigorar de 2008 a 2010 e já enviado para a Comissão Europeia, escreve a Lusa.

O aumento de 24 por cento até 2010 do Salário Mínimo Nacional (actualmente de 426,5 euros) até atingir o valor de 500 euros em 2011 é uma das medidas apresentadas no novo PNAI para combater a pobreza destes dois grupos sociais.

Segundo o documento, a que a agência Lusa teve acesso, apesar das melhorias registadas no bem-estar das crianças e das suas famílias, este continua a ser um grupo particularmente vulnerável e com potencial de transmissão de geração para geração.

Em 2006, 21 por cento dos cidadãos portugueses entre os 0 e os 17 anos viviam em situação de pobreza, designadamente nos casos das famílias monoparentais e das famílias numerosas.

O PNAI prevê até 2010 aumentar mensalmente o montante do abono de família a 230 mil crianças entre o segundo e o terceiro anos de vida e proceder a um aumento intercalar extraordinário de 25 por cento do abono de família para crianças enquadradas em agregados familiares mais carenciados (primeiro e segundo escalão), o que implica o apoio a um milhão de crianças.

Plano de inclusão prevê uma prestação pecuniária a 310 mil mulheres grávidas

Este novo plano de inclusão prevê ainda atribuir até 2010 uma prestação pecuniária a 310 mil mulheres grávidas que atinjam a 13ª semana de gestação.

Em matéria de apoio à infância, o PNAI prevê também a duplicação do número de creches (mais 360) que beneficiam de apoio complementar para funcionarem num horário superior a 11 horas diárias.

Há também o compromisso por parte do Governo de aumentar o número de vagas no pré-escolar para as crianças dos três aos cinco anos e apoiar alunos através da criação de gabinetes de apoio em cada sede de agrupamento.

Para prevenir situações de risco na infância, compromete-se criar, até 2010, mais 16 comissões de Protecção de Crianças e Jovens e financiar 120 projectos para crianças e jovens descendentes de imigrantes e de minorias étnicas, abrangendo até ao final do próximo ano um total de 46 mil destinatários.

26 por cento de idosos em risco de pobreza, em 2006

A par das crianças, também a população idosa persiste em ser o grupo populacional em maior risco de pobreza. Em 2006, existiam 26 por cento de idosos em risco de pobreza.

Segundo o documento, a prioridade dirigida aos idosos pretende não só reparar um défice existente na sociedade portuguesa, mas em simultâneo apontar iniciativas que contrariem o envelhecimento desprotegido.

No Plano Nacional de Acção para a Inclusão, o Governo compromete-se a criar, até 2010, um total de 1.864 vagas em equipamentos para idosos e a requalificar outros 300.

Por outro lado, o PNAI 2008/2011 propõe melhorar as condições básicas de habitabilidade e acessibilidade dos idosos, efectuando 2.000 intervenções até 2010.

A terceira prioridade do PNAI vai para a população imigrante e minorias étnicas, assim como para a população com deficiência.

Neste âmbito, está previsto abranger 787 mulheres imigrantes em acções de consultoria para a criação e desenvolvimento de micro-empresas, assim como a formação de agentes que trabalhem com as comunidades ciganas através de 20 acções de formação.

O PNAI é um instrumento de planeamento transversal, de coordenação estratégica e operacional das políticas que visa prevenir e combater as situações de pobreza e de exclusão social com que Portugal ainda se confronta.

O objectivo, segundo o Governo, é dar resposta aos compromissos assumidos ao nível da União Europeia no âmbito do Método Aberto de Coordenação para a Protecção e Inclusão Social.

2008-10-01 em Correio da Manhã

Fonte

<http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?channelid=00000021-0000-0000-0000-000000000021&contentid=027066F7-4C34-4222-8E3A-76A4E4B29253>



Governo quer aumentar salário mínimo

O Governo pretende aumentar em 24 por cento o salário mínimo nacional, actualmente de 426,5 euros, até 2010, para combater a pobreza e a exclusão social das crianças e idosos.

A medida consta do novo Plano Nacional para a Inclusão (PNAI) a vigotar de 2008 a 2010 e que já foi enviado à Comissão Europeia. O Governo reconhece que houve uma melhoria das condições de vida das crianças e das suas famílias, mas considera que continua a ser um grupo vulnerável e com potencial de transmissão de geração para geração.

Em 2006, 21 por cento dos portugueses entre os 0 e os 17 anos viviam em situação de pobreza, nomeadamente nos casos das famílias monoparentais ou numerosas.

O PNAI prevê aumentar mensalmente o abono da família a 230 mil crianças entre o segundo e o terceiro anos de vida e proceder a um aumento extraordinário de 25 por cento na ajuda a crianças de agregados familiares mais carenciados. Duplicar o número de creches e aumentar o número de vagas no pré-escolar é outra das apostas.

O Governo pretende também ajudar 310 mil mulheres grávidas que atinjam a 13ª semana de gestação.

O Executivo não esquece os idosos e pretende contrariar o risco de pobreza em que 26 por cento se encontravam, em 2006. O PNAI tem inscrito a proposta de criação de 1.864 vagas em equipamentos sociais para idosos e a requalificação de outros 300.

A terceira prioridade do Plano passa pela população imigrante e minorias étnicas, assim como pela população com deficiência.